

PRIORIDADES POLÍTICAS LEVARAM À CRISE

*Membro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal e professor da Universidade de Brasília (UnB), **Dércio Garcia Munhoz** mostra que a receita imposta pelo FMI ao Brasil tem como objetivo principal beneficiar os países ricos, a exemplo do Japão e, principalmente, dos Estados Unidos. O professor também questiona os motivos que levaram o Brasil a agravar suas dificuldades e a contribuir para o benefício de países que não registram os desajustes externos e internos que paralisam nossa economia. Para Dércio Munhoz, a crise econômica brasileira pôde ser identificada com bastante antecedência. As prioridades aos projetos políticos do presidente Fernando Henrique Cardoso, no entanto, retardaram o ajuste do Plano Real.*



Poucas vezes na história da economia brasileira do pós-guerra uma crise com característica de extrema gravidade, como a atual, pôde ser vislumbrada com tanta antecedência e com tanta clareza. E em poucas ocasiões houve, como em tempos recentes, a infeliz coincidência, em momentos cruciais, estar o país praticando políticas econômicas com uma postura auto-suficiente, próxima da arrogância, procurando sobrepor-se à própria sociedade. A conduta de autoproclamada sapiência dos gestores da economia, menosprezando ainda aqueles que não se perfilavam com o bloco monolítico governamental, funcionou como um forte inibidor dos debates, calando a própria academia, enquanto a mídia puxava o coro dos aplausos à luz de *press-releases* oficiais.

Ao fazer reviver os piores momentos do obscurantismo que marcou grande parte do regime autoritário, a gestão econômica prestou um desserviço ao país. Teria sido muito útil, inclusive por fornecer subsídios para a reorientação da política econômica, que o debate quanto aos fundamentos do Plano Real tivesse sido estabelecido de modo amplo, discutindo-se especialmente as razões pelas quais seria inviável a manutenção, a médio e longo prazos, das linhas básicas que viabilizaram a contenção inicial da inflação e sua paulatina redução, bem como quanto às conseqüências futuras da ausência de medidas corretivas.

Os Fundamentos do Plano Real

Num quadro inflacionário, a característica básica do sistema de preços que preside o funcionamento da economia é a seqüência infinita de reajustes não-cadenciados: hoje sobe o preço do carvão ou do minério de ferro, logo mais subirão os preços do aço, refletindo, geralmente de forma não-imediata, nos custos da indústria metalmeccânica em geral, com o que os preços dos bens duráveis de consumo e as máquinas e equipamentos tendem a aumentar, refletindo-se no varejo. Esse efeito se espalha por outros setores da economia, alcançando todas as áreas industriais, bem como o setor de serviços (transportes, distribuição do comércio etc.), com os índices registrando uma determinada taxa média de elevação de preços no período. Nesse processo, a taxa de câmbio tende a acompanhar a variação dos preços relativos do país frente ao resto do mundo (alterando-se o preço da moeda estrangeira em função da relação entre a inflação interna e a inflação em outras grandes economias). E os salários, sempre com menor mobilidade, correm tardiamente na busca de recuperar as perdas.

Ora, um programa de estabilização que consiga deter brusca e imediatamente tal movimento de preços necessariamente gerará um quadro em que os agentes estarão divididos em três grupos:

a) o primeiro é constituído de empresas ou trabalhadores que acabaram de reajustar seus preços

(ou salários). No caso das empresas, o reajuste sempre será feito com bases superestimadas, ou com uma folga, a fim de que se possa suportar novos aumentos de custos nos próximos dias ou nas próximas semanas, evitando, assim, ter de reajustar os preços diariamente. Nesse caso, o “congelamento” dos preços deixa as empresas numa situação favorável, já que haviam aumentado os preços acima do nível necessário, para assim enfrentar novos aumentos de custos. Mas estes não ocorreram diante da entrada do “congelamento”;

b) o segundo é daqueles que reajustaram seus preços há algum tempo, “gastaram” a margem de folga que haviam criado para enfrentar aumentos de custos futuros e se encontram numa situação de equilíbrio, no momento em que se inicia o “congelamento”;

c) no terceiro grupo estão aqueles que haviam reajustado seus preços já há mais tempo, enfrentaram os aumentos de custos decorrentes dos aumentos de preços praticados por seus fornecedores, e se aproximavam do momento decisivo em que ou reajustavam os seus preços ou ingressariam em prejuízos continuados, inviabilizando seus negócios.

Todos os planos de estabilização de preços que antecederam o Plano Real fracassaram exatamente porque o governo não deu uma solução para os componentes do terceiro grupo – em torno de um terço das empresas e a grande maioria dos trabalhadores

– que, necessariamente, teriam de repassar aumentos recentes nos custos para os preços, em quaisquer circunstâncias e por quaisquer meios, a fim de que pudessem recuperar aquilo que os economistas denominam de equilíbrio microeconômico: preços cobrindo os custos, garantindo ainda uma rentabilidade mínima.

O Plano Real – a exemplo de experiências assemelhadas especialmente no México e Argentina – deu uma solução tecnicamente consistente para evitar as pressões por reajustes de preços através de redução dos custos do setor produtivo. O que foi feito com três instrumentos básicos:

a) redução ainda maior das tarifas sobre produtos importados (ampliando o processo irracional de abertura unilateral da economia inaugurado com Collor), favorecendo o ingresso de produtos estrangeiros, inclusive a substituição de matérias-primas e componentes nacionais por similares importados, como na indústria automobilística, em relação a autopeças;

b) valorização da taxa de câmbio (jogando o dólar de um preço de equilíbrio entre R\$ 1,20 e 1,25, em julho de 1994, para apenas R\$ 0,83/dólar pouco depois), tornando mais baratas as importações e os gastos em geral com turismo ou remessa de lucros, dificultando as exportações (ao reduzir as receitas do exportador por dólar de bens exportados);

c) redução dos custos salariais das empresas, em relação aos preços, ao desconhecer, para efeito

de correção salarial, o aumento do custo de vida residual de junho de 1994 (por razões metodológicas, apenas registrado nos índices de julho), em torno de 32,0%, tendo o IBGE construído um índice “biônico” especial para salários, incorporando apenas 7,5% de variação no custo de vida.

Aquelas que pomposamente eram designadas de “âncoras” do Plano Real, na verdade eram instrumentos através dos quais o governo, com importações baratas, buscava reduzir os custos do setor produtivo, garantindo a estabilidade dos preços na economia...

A estrutura básica da política de estabilização de preços era, portanto, fortemente antiexportação e pró-importação. O que inevitavelmente iria dificultar as receitas com vendas de bens e serviços e estimular os dispêndios em dólares de modo geral. Foi sem surpresas, portanto, que a Balança Comercial do país (cujos superávits até então cobriam os déficits com juros, turismo, fretes internacionais etc., garantindo o equilíbrio externo) reverteu seus resultados já no último trimestre de 1994.

Aquelas que pomposamente eram designadas de “âncoras” do Plano Real, na verdade eram instrumentos através dos quais o governo, com importações baratas, buscava reduzir os custos do setor produtivo, garantindo a estabilidade dos preços na economia e, por outro lado, favorecia a importação de produtos acabados, com o que se inibiam aumentos de preços no varejo. Claro que os déficits externos globais, ressurgidos em 1995, tinham como contrapartida a redução da produção e do emprego internamente. Em troca, essas políticas promoveram o aumento da produção e do emprego, especialmente no mundo rico – Estados Unidos, Japão, Alemanha etc.

Foi assim que o Brasil retornou à condição de devedor crescente nos mercados internacionais, tendo registrado, no Balanço de Pagamentos em Contas Correntes, déficits de US\$ 18,0 bilhões, em 1995; US\$ 24,3 bilhões, em 1996; US\$ 33,4 bilhões, em 1997, e US\$ 36,0 bilhões previstos para 1998 (ver Tabela 1). No intercâmbio de mercadorias, a Balança Comercial foi registrando uma involução, ao passar de um superávit de US\$ 10,5 bilhões em 1994 (ainda que com recuo do saldo) para um déficit de US\$ 6,0 bilhões estimado para 1998. Reverte-se assim, dramaticamente, a condição de equilíbrio externo alcançado em 1984, depois de vários anos de sacrifícios impostos pelo programa de ajuste externo iniciado em 1981.

1 Balanço de pagamentos do Brasil (US\$ Bilhões)							
Ano	E	I	BC	S	J	T	TC
1994	43,5	33,1	10,5	- 14,7	- 6,3	2,6	- 1,7
1995	46,5	49,8	- 3,4	- 18,0	- 8,2	4,0	- 18,0
1996	47,7	53,3	- 5,6	- 24,3	- 9,8	2,9	- 24,3
1997	53,0	61,4	- 8,4	- 27,3	- 10,4	2,2	- 33,4
1998	53,0	59,0	- 6,0	- 32,0	- 11,0	2,0	- 36,0

E = Exportações; **I** = Importações; **BC** = Balança Comercial; **S** = Serviços; **J** = Juros; **T** = Transferências; **TC** = Transações Correntes.

Fontes: Conjuntura Econômica, FGVargas, Set. 1998. Estimativas para 1998 com base nos dados do B. Central disponíveis até setembro/98.

Notas: 1. Balança Comercial resulta das Exportações (+) e Importações (-). 2. Serviços inclui: viagens internacionais, fretes e afretamento de navios, juros, remessas de lucros e dividendos, assistência técnica, marcas e patentes, etc. 3. Transferências Unilaterais envolve especialmente doações e remessas de trabalhadores- migratários. 4. Transações Correntes: Balança Comercial, Serviços e Transf. Unilaterais

Falta de alterações no plano

Quando da explosão dos déficits externos, logo no primeiro ano do Plano Real, o governo, temendo que a reorientação da política econômica que já se impunha pudesse comprometer a aprovação da emenda constitucional da reeleição, preferiu a estratégia de, através da elevação das taxas de juros internos, atrair dólares no mercado internacional para financiar os rombos do Balanço de Pagamentos. E, também, para constituir um elevado volume de reservas em dólares, de modo a fazer com que os credores se sentissem seguros em continuar transferindo capitais para o Brasil – especialmente capitais de curto prazo, em busca de ganhos anormalmente elevados, ainda que a manutenção de reservas envolvesse elevados encargos financeiros adicionais, pressionando o já exaurido caixa do Tesouro.

Posteriormente, nos anos que se seguiram, manteve-se a política tarifária e cambial, a fim de garantir a estabilidade dos pre-

ços dentro do país, embora isso provocasse crescentes desequilíbrios nas transações externas, com o que claramente se procurava evitar que eventuais mudanças, ao eliminar os subsídios que o sistema vinha proporcionando aos importadores de bens e serviços, interrompessem a tendência de queda da inflação interna, refletindo negativamente nas eleições de 1998.

Como decorrência da decisão de manter as linhas básicas da política econômica, viabilizando o financiamento dos déficits através das taxas de juros internas, o governo passou a enfrentar encargos financeiros crescentes. Como as receitas fiscais jamais poderiam suportar tais despesas extraordinárias, tornou-se rotina a emissão de novos títulos do Tesouro. Assim, o crescimento da dívida pública interna também ficou fora de controle. Daí a Dívida Mobiliária Federal ter crescido de R\$ 59,0 bilhões, ao final de 1994, para R\$ 300,0 bilhões, em setembro último. É fato que nesse montante estão incluídos apro-

ximadamente R\$ 60,0 bilhões emitidos na renegociação da dívida do Estado de São Paulo, tendo, portanto, créditos de igual valor como contrapartida. Porém, enquanto o governo federal paga taxas de juros superiores a 30,0% a.a. sobre os seus títulos, recebe apenas 6,0% sobre os créditos junto aos Estados. O que é explicável, porque a dívida dos Estados decorre fundamentalmente da política federal de, sempre, embora com justificativas que mudam de tempos em tempos, manter juros elevados no país, sustentando uma desastrosa especulação financeira.

Criou-se, ao lado dos grandes déficits externos acumulados no quadriênio 1995/98, um volume de endividamento interno da União extremamente difícil de ser administrado, pois os encargos financeiros do Tesouro nos meses de setembro a novembro de 1998 – perto de R\$ 400,0 milhões/dia, superavam todas as receitas fiscais do governo, de aproximadamente R\$ 350,0 milhões/dia. Nesses meses, os títulos do Tesouro – em torno de R\$ 300,0 bilhões – vinham pagando juros superiores a 40,0% ao ano. A isso se somavam os juros sobre a dívida externa do Tesouro e o diferencial entre os juros que o Banco Central paga para captar dinheiro na praça e os juros que recebe ao depositar os dólares das reservas internacionais em bancos estrangeiros. Embora, neste último caso, sejam contas do Banco Central, o fato é que a instituição vem registrando elevados

prejuízos, estranhamente não-explicitados em sua Contabilidade (R\$ 13,0 bilhões até meados de 1998) que o Tesouro já estava cobrindo com a entrega, ao BC, de novos títulos da dívida pública federal, através de Medida Provisória enviada ao Congresso no mês de novembro de 1998.

O Papel da Crise Internacional

Tem sido freqüente a alegação de áreas governamentais de que os problemas brasileiros decorrem da crise internacional. Isso, todavia, não tem qualquer fundamento, já que praticamente nenhum dos países cujas moedas sofreram ou vêm sofrendo pressões têm os problemas enfrentados pelo Brasil. O Sudeste da Ásia teve dificuldades em reter os capitais externos investidos nas bolsas, quando o investidor estrangeiro passou a ter desconfianças em relação à evolução dos preços das ações e via com incertezas a valorização crescente das taxas de câmbio dos vários países da região, já que suas moedas não estavam acompanhando a desvalorização do iene frente ao dólar.

Em tais circunstâncias, é natural a fuga de recursos das bolsas – o que derruba as cotações das ações, tumultuando o mercado. No desdobramento, aumenta a procura de dólares para concretizar-se o repatriamento dos capitais, desequilibrando assim também o mercado de divisas estrangeiras, ou, mais precisamente, o mercado de câmbio. Evidentemente tais movimentos contém al-

ta dose de irracionalidade, pois os investidores correm o risco de perdas múltiplas nas bolsas de valores, deprimidas pelo volume de venda de papéis, e no câmbio, pois, com a procura intensa de dólares é inevitável que o preço interno das moedas estrangeiras se eleve, com a temida desvalorização cambial. Tal comportamento dos investidores é explicado pelo receio de que, retardadas em seus movimentos, a saída das bolsas e a fuga com os dólares possam vir a se dar com perdas ainda maiores.

O caso brasileiro é diferente, pois as pressões não decorrem de abstratos “ataques especulativos”, mas sim de fatos reais. É fato que as perdas dos investidores nos mercados asiáticos, desde o segundo semestre de 1997, e as incertezas quanto à saúde do sistema bancário japonês provocaram, como seria natural, uma atitude de reserva dos investidores em relação a terceiros países. Mas não num comportamento gratuito, pois a desconfiança tendia a dirigir-se a países que revelavam sinais claros de enfraquecimento externo e interno, como o Brasil. O país já revelava, então, condições de extrema vulnerabilidade, dados o crescimento continuado dos desequilíbrios no Balanço de Pagamentos e o aumento incontrolável da dívida interna do governo. As dúvidas e indagações dos investidores estrangeiros aqui presentes – em grande parte aplicando apenas recursos de curto prazo, extremamente ágeis em seus movimentos – tinha várias direções:

a) dúvidas sobre a permanência futura dos ganhos já obtidos nas bolsas de valores;

b) dúvidas quanto à capacidade de o governo brasileiro honrar seus compromissos financeiros, quando os juros passavam a absorver parcela cada vez maior das receitas fiscais;

c) dúvidas sobre se o país ainda teria dólares para manter a conversibilidade da moeda, permitindo futuras saídas de capitais, no momento em que os déficits externos vinham sendo cada vez maiores, e o financiamento internacional, em qualquer hipótese, não é infinito;

d) dúvidas sobre se o país não se veria forçado, diante dos estragos que a valorização cambial vinha provocando nas contas externas, a desvalorizar o real frente ao dólar – hipótese em que futuras remessas de capitais envolveriam perdas, ao terem de ser adquiridas divisas estrangeiras a um preço mais elevado.

Como se vê, os problemas da economia brasileira decorrem essencialmente dos reflexos negativos da política de estabilização sobre as contas externas e sobre a dívida pública. É, portanto, falacioso atribuir à crise internacional as dificuldades do Brasil, pois aquela apenas provocou a antecipação das relações externas negativas enfrentadas pelo país, enquanto até então se supunha possível continuar financiando os rombos externos, no mínimo até as eleições de 1998. Esse comportamento da comunidade financeira internacional ocorreu

em relação ao México, que, com desajustes externos incontroláveis, só teve a quebra declarada ao final de 1994, depois de encerradas as eleições que garantiriam a continuidade do mesmo esquema de poder.

Plano Real, abertura comercial e globalização

O Brasil, assim como a Argentina, o México e o Peru, recorreu à valorização da moeda e às facilidades de importações como instrumentos para a estabilização. E todos passaram a enfrentar os mesmos problemas externos, ainda que em amplitudes diferentes. Internamente, porém, nem todos os países utilizaram a elevação das taxas de juros internos para atrair dólares – o que se fazia sob o argumento falacioso de que o financiamento se dava através de “forças do mercado”. Países como a Argentina vêm financiando seus déficits externos – devendo enfrentar dificuldades cada vez maiores – através de empréstimos feitos diretamente pelo governo, de modo assemelhado ao que o Brasil praticou nos anos 70, quando eram as estatais que contratavam empréstimos na banca internacional para fornecer dólares ao Banco Central, evitando assim, até onde o tamanho da dívida permitiu, a insolvência do país.

A abertura comercial, que havia sido iniciada no governo Collor, assim como as privatizações eram orientadas filosoficamente pelas propostas surgidas com o chamado Consenso de Washing-

ton, de 1989. São teses neoliberais que pregam o estado mínimo, as privatizações, a abertura comercial. Tudo em nome da criação de condições modernizantes, para que o país não fosse atropelado e ficasse à margem da globalização.

A impressão transmitida pela retórica oficial era, então, a de

O Brasil, assim como a Argentina, o México e o Peru, recorreu à valorização da moeda e às facilidades de importações como instrumentos para a estabilização. E todos passaram a enfrentar os mesmos problemas externos, ainda que em amplitudes diferentes.

que a abertura comercial apenas refletia uma nova realidade da economia internacional. Ora, a abertura à brasileira não poderia ser uma regra de comportamento seguida por todas as nações – ou pelas maiores economias do mundo industrializado e potências intermediárias – pois é matematicamente impossível que todos os países pratiquem aberturas comerciais irrestritas tendo como consequência déficits no intercâmbio com o resto do mundo, já que a existência de déficits comerciais necessariamente tem

como contrapartida superávits comerciais. E uma abertura multilateral de mercados, de prática universal, teria de refletir-se tanto em maiores importações como em maiores exportações. Portanto, a abertura não deveria, necessariamente, provocar o surgimento de déficits externos.

O que se verificou, em verdade, é que se recorreu à retórica da globalização, apresentada como se fora um fenômeno renovador de caráter universal, mas apenas na tentativa de encobrir as verdadeiras causas do impacto desestabilizador provocado pela política econômica. As estatísticas disponíveis revelam que, diferentemente do Brasil e de alguns outros países da América Latina que vêm praticando as mesmas políticas econômicas, com os mesmos objetivos econômicos e políticos, praticamente a totalidade dos demais países do mundo não se deixou levar pelas fantasiosas vantagens da tal globalização, praticando, isto sim, políticas de comércio exterior compatíveis com a manutenção do equilíbrio externo e interno, evitando comprometer o futuro da economia do país e a sua própria capacidade política de garantir a autodeterminação.

As estatísticas internacionais revelam que, enquanto o comércio mundial cresceu em torno de 60,0% entre 1990 e 1997, as exportações e as importações da Unidade Européia, e da maioria dos seus membros, cresceram de forma equilibrada, em apenas 30,0%. A Europa, portanto, em

lugar de aderir alegremente a um modelo suicida de abertura unilateral dos mercados, aparenta ter aperfeiçoado os mecanismos de regulação do comércio, com o que estaria apenas repetindo a história. Pois nunca se presenciou no passado um processo tão intenso de globalização da economia mundial como no período mercantilista, entre 1500 e 1750, nem nunca se presenciou a introdução de mecanismos de controle do comércio exterior tão amplos, tão eficazes, tão abrangentes quanto as atividades submetidas às regras da regulação, como naquele período.

Em relação à Europa e à Ásia, o que se constata é que alguns países registraram, entre 1990 e 1997, grande crescimento das importações – muito acima das taxas de crescimento do comércio mundial –, o que reforçaria a tese de globalização com abertura unilateral; mas, diferentemente, nestes casos – Espanha, Coréia do Sul, Indonésia, Filipinas e Cingapura – também as exportações alcançaram altas taxas de crescimento, evitando os comprometedores déficits comerciais crônicos. Praticamente apenas Brasil, Argentina, México e Peru – ou seja, exatamente aqueles que utilizaram a abertura do mercado para manter preços internos artificialmente contidos através de facilidades às importações – registram altas taxas de crescimento das importações, muito acima do aumento registrado no lado exportações, conforme registra a Tabela 2.

2 Exportações Latino-americanas Crescimento entre 1990 e 1997 (%)

Países	Cresc. das Export.	Cresc. das Import.
Argentina	103,2	667,6
México	136,2	134,7
Peru	106,1	196,5
BRASIL	68,8	196,6

Fonte: FMI - *International Financial Statistics*, agosto de 98 e *Anuário de 97*.

Obs.: O México já alterara a sua política de comércio exterior deste 1995, embora continue com desequilíbrios globais elevados. A base de comparação de 1990 para o comércio argentino introduz alguma distorção quanto ao aumento das importações, em vista de as compras externas terem sido particularmente baixas naquele ano.

Em conseqüência dessa abertura unilateral, que passou a afetar negativamente também as transações externas na área de serviços, esse grupo de países latino-americanos vem enfrentando déficits globais crescentes no intercâmbio com o resto do mundo – os déficits em contas correntes acumulados no triênio 1995/97 pelos países mencionados foram de: Argentina (parcialmente favorecida pela abertura brasileira) – US\$ 16,6 bilhões, México (já tentando o reequilíbrio externo) – US\$ 10,5 bilhões, Peru – US\$ 11,3 bilhões, e Brasil – US\$ 79,7 bilhões, com o conseqüente endividamento externo e a extrema dependência do financiamento internacional, para isso atraindo dólares de todas as formas, ainda que, como no caso brasileiro, capitais de curto prazo para especulações nas bolsas de valores, ou então capitais de curto prazo atraídos por taxas de juros absurdamente elevadas pagas pelos títulos públicos.

“Pacotes” para superar a crise

Depois de intensa discussão, finalmente em novembro último, ficaram definidas as linhas de ação do governo para enfrentar a crise, através do “Pacote Fiscal”, e também conhecidos os que seriam os termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que cria linhas de financiamento internacional não-bancário ao Brasil. O primeiro, gerando grande controvérsia; o segundo provocando, ao menos de início, apenas surpresas.

No que tange ao pacote fiscal, a controvérsia tem razão de ser por uma infinidade de motivos: os efeitos reconhecidamente danosos ao funcionamento da economia, e em especial às exportações, derivados dos grandes aumentos de tributos (90,0% de elevação na CPMF e 50,0% de aumento no Cofins), já que, além de não serem seletivos, incidem “em cascata” sobre o preço do couro, depois sobre o preço-fábrica do sapato, depois sobre o preço final de venda ao consumidor, por exemplo; os penosos reflexos da redução média estimada em 10,0% na renda disponível dos servidores públicos (há quatro anos sem reajuste de salários) – ou 15,0% no caso dos aposentados – decorrente de um aumento de caráter confiscatório nas contribuições previdenciárias do funcionalismo; as dificuldades financeiras adicionais que enfrentarão Estados e Municípios, caso o governo consiga ampliar de 20,0% para 40,0% os cortes sobre as

transferências de tributos arrecadados pela União, mas constitucionalmente pertencentes em parte a Estados e Municípios.

Quanto ao corte de despesas, da ordem de R\$ 8,7 bilhões, não parece significativo num orçamento de R\$ 130,0 bilhões, mas, como se concentra em Despesas Correntes fora pessoal, e em Despesas de Capital – estimadas em R\$ 50,0 bilhões para 1999 – a redução representa 17,3% do orçado naquelas rubricas, chegando a alcançar em torno de 50,0% dos recursos da espécie para determinados ministérios (como Política Fundiária, Planejamento, Transportes, Comunicações e Meio Ambiente) ou para determinadas aplicações (tais como saneamento e habitação, rodovias, qualificação de mão-de-obra etc.). Por essa razão, ainda que a redução de despesas pouco possa contribuir para a cobertura dos déficits criados pelos gastos com juros, como alcançarão verbas de manutenção, tenderão a afetar gravemente o funcionamento de inúmeros setores e serviços, daí a resistência surgida.

O mais importante é que, tanto as medidas de caráter fiscal como a mera criação de linhas internacionais de crédito não-bancário, praticamente desconhecem a natureza dos problemas enfrentados pela economia brasileira pós-real, em razão da valorização cambial e da redução de tarifas: déficits externos vultosos – US\$ 110,0 bilhões em quatro anos – e déficits orçamentários incontroláveis provocados

pelos juros altos que buscam atrair dólares para financiar os desequilíbrios externos. E, para que se possa avaliar tais problemas, basta lembrar que o país tinha equilíbrio nas contas externas até 1974 – após o vendável dos anos 70, apenas contido em 1984 – e agora vem registrando mais de US\$ 30,0 bilhões anuais

Se os “pacotes” são literalmente inócuos para conter o crescimento explosivo da dívida externa e da dívida pública interna, como se explica o estilo do programa “amarrado” com o FMI, que surpreendentemente não contém as exigências que aquela instituição tradicionalmente impõe?

de déficits em Contas Correntes, enquanto a dívida pública cresceu de tal modo que, se cortadas pela metade as taxas de juros, ainda assim os dispêndios financeiros estariam absorvendo metade das receitas fiscais.

Se os “pacotes” são literalmente inócuos para conter o crescimento explosivo da dívida externa e da dívida pública interna, como se explica o estilo do programa “amarrado” com o

FMI, que surpreendentemente não contém as exigências que aquela instituição tradicionalmente impõe? Poder-se-ia dizer que o fracasso das políticas recentemente prescritas pelo FMI a países do Sudeste da Ásia teria influenciado a mudança de atitude daquela instituição. Mas apenas isso parece pouco para explicar a razão de políticas que não favorecem nem o aumento das exportações nem a redução das importações de bens e serviços – o que é essencial para o reequilíbrio externo do país – como também não encaminham a solução para o controle do endividamento do Tesouro, pois isso exigiria uma taxa de juros real máxima em torno de 7,0% a.a. (livre de tributos) na remuneração dos títulos públicos – inviável sem uma política de efetivo controle centralizado das operações de câmbio.

A melhor explicação para um programa voltado fundamentalmente a apenas criar facilidades no financiamento da dívida externa do país – o que só agrava os problemas futuros – seria identificar a posição do FMI, com o objetivo de evitar que o Brasil venha a recorrer, através da política comercial, a decisões voltadas para controle das importações e revigoramento das exportações, bem como ao controle das divisas. Isso devido ao receio de que medidas de efetivo ajuste externo por parte do Brasil poderiam, nas circunstâncias presentes, complicar mais os problemas econômicos, especialmente do Japão, refletindo ainda na econo-

mia americana. Mas que sentido tem o Brasil agravar suas dificuldades, a fim de contribuir para o reequilíbrio de países que não registram os desajustes externos e internos que paralisaram a nossa economia? Apenas um país que se apresente debilitado junto à comunidade financeira internacional aceitaria os termos de um acordo pelo qual renunciaria a qualquer ação voltada a reequilibrar suas contas externas e livrá-lo da dependência financeira que, dada a gravidade que alcançou, traz em seu bojo também a dependência política.

Somado a esses problemas, não se pode omitir o aspecto político do arrocho ainda maior que Brasília pretende impor aos governos estaduais, controlando gastos e assenhorando-se de recursos fiscais arrecadados pela União, mas que pertencem aos Estados e Municípios. Já que isso constituiria mais um passo para, através da maior fragilização financeira dos governos estaduais,

inibir-se eventual movimento de rearticulação do pacto federativo. Embora este seja vital, num momento em que os governadores foram relegados a meros delegados do poderoso governo central que não tem limites ou regras para as próprias despesas com juros. E ainda tem poderes para emitir dinheiro, emitir títulos ou contratar novos empréstimos, sem qualquer controle institucional.

Política mais realista

Depois de o governo lançar o país numa grave crise, através das indecisões na área econômica, como apostar ser o ajuste fiscal, que aumenta ainda mais a carga tributária, a solução para um quadro de extrema complexidade? O dever de todos, no momento, é exigir um debate político profundo sobre o global da política econômica e não apenas sobre detalhes que podem ser considerados menos relevantes. Mesmo porque esta é a primeira vez, desde o pós-

guerra, que se vislumbram um aprofundamento da recessão num país já em recessão, redução dos salários num quadro já de arrocho sobre a renda das famílias e redução dos níveis de emprego, quando já é elevadíssima a taxa de desemprego.

As decisões econômicas, que inevitavelmente terão de ser tomadas agora, devem abandonar a retórica das reformas que só tem servido para desviar a discussão e assentar-se na remoção dos artificialismos que geraram o quadro atual. Deve buscar-se recuperar a atividade econômica, a renda e o emprego, pois para pagar-se a dívida externa é necessário mais produção – recorrendo-se para isso aos milhões de desempregados e à grande capacidade ociosa da agricultura e da indústria – e não mais fome e mais desemprego. O objetivo principal deve ser a preservação da normalidade econômico-social e, conseqüentemente, da própria estabilidade institucional.

